

1 Finalidade

Fortalecer e modernizar a infraestrutura produtiva dos setores de aquicultura e pesca, estimulando a sua competitividade e sustentabilidade, mediante o financiamento de todos os itens necessários à viabilização econômica dos empreendimentos, inclusive os destinados à produção de insumos, beneficiamento, preparação, comercialização e armazenamento da produção, observados os seguintes conceitos:

1.1 Aquicultura: cultivo ou criação de organismos, cujo ciclo de vida, em condições naturais, ocorre total ou parcialmente em meio aquático, como, por exemplo, a piscicultura e a carcinicultura;

1.2 Pesca artesanal ou de pequena escala: aquela que usa frota composta por embarcações de pequeno porte (arqueação bruta de até 20 toneladas);

1.3 Pesca industrial ou de média e grande escala: aquela que usa frota composta de embarcações de médio e grande porte (arqueação bruta acima de 20 toneladas).

2 Público-alvo

Pessoas físicas e jurídicas, inclusive empresários registrados na junta comercial, cooperativas de produtores (em créditos diretamente aos cooperados ou na modalidade "à própria") e associações de produtores (em créditos diretamente aos associados).

3 Fonte dos Recursos

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

4 Limitações

4.1 Limites de Financiamento

4.1.1 Respeitado o que disciplina o MP- Gestão do Risco de Crédito-Título 8 (3104-08), serão observados os limites de financiamento definidos na Tabela 1 seguinte, aplicados sobre o valor total do investimento projetado.

Tabela 1 - Limites de Financiamento (%) (1)

Porte do Mutuário	LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO		
			Semiárido, RIDES (4), Polos de Regiões Intermediárias (PRDNE), exceto as Capitais (3)
	Tipologia Sub-regional do Município (2)		
	Alta Renda, em qualquer dinamismo	Baixa Renda e Média Renda, em qualquer dinamismo	
Miniprodutor	100	100	100
Pequeno produtor	100	100	100
Pequeno-médio Produtor	90	95	100
Médio Produtor I	80	85	95
Médio Produtor II	70	75	85
Grande Produtor (PRDNE) (4)	70	75	80
Grande Produtor	50	50	50

(1) Os limites acima se aplicam ao valor total do investimento projetado, podendo ser considerados como contrapartida de recursos próprios, mesmo que não financiáveis, valores correspondentes a itens necessários ao projeto.

(2) Consta nos subdocumentos do [3102-32-73](#), a indicação dos municípios do Semiárido, dos Polos de Regiões Intermediárias (PRDNE), e a tipologia de cada um deles, observado que, para os empreendimentos localizados fora desses espaços, os limites de financiamento são aplicados conforme o porte do mutuário e a tipologia do município de localização do empreendimento financiado.

(3) Os municípios da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento (RIDE) do Polo Petrolina e Juazeiro são os seguintes: Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco, e Casa Nova, Curaçá, Juazeiro e Sobradinho, na Bahia. Os municípios da RIDE da Grande Teresina são os seguintes: Altos, Beditinos, Coivaras, Curralinho, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Nazária, Teresina e União, no Piauí, e Timon, no Maranhão.

(4) Os projetos enquadráveis como prioritários para o PRDNE, conforme disposto nas Diretrizes e prioridades do FNE para 2022, aprovada pela Resolução Condel nº 145/2021, contarão com o limite de financiamento de até 80% para beneficiários enquadrados em Grande Porte. À luz da documentação precitada, constante no subdocumento 3102-32-73.12, caberá à análise técnica o enquadramento desses projetos de investimento para efeito da concessão do Limite de Financiamento de até 80%.

(5) A classificação dos portes de beneficiários consta no normativo [3102-35-03](#)

5 Prazo

O prazo máximo das operações será determinado em função da capacidade de pagamento do mutuário, observada a Tabela 2 a seguir.

Tabela 2 - Prazos

Finalidades	Prazo Máximo	
	Carência	Total
1. Investimentos fixos	4 anos	12 anos
2. Investimentos Semifixos	3 anos	8 anos
3. Aquisição isolada de utensílios agrícolas	1 ano	5 anos
4. Projetos de alta relevância e estruturantes, assim classificados no 1101-02-01 , localizados no Semiárido ou em municípios de baixa renda, independentemente do dinamismo, conforme os sub-documentos do 3102-32-73 , ou em áreas prioritárias do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE).	5 anos	15 anos

6 Encargos

6.1 O tomador do crédito poderá optar pela utilização dos encargos pré ou pós-fixados, no ato da contratação da operação de financiamento, tendo por base a Taxa de Juros Rurais dos Fundos Constitucionais de Financiamento (TRFC), aplicável às operações contratadas no período de 01/07/2022 a 30/06/2023, calculada por meio das fórmulas abaixo, apurada mensalmente e divulgada em seção específica do DIANET:

$$TRFC^{pós} = FAM \times [1 + (BA \times CDR \times FP \times Jm) - FA]^{DU/252} - 1$$

$$TRFC^{pré} = \{FIIDU/252 \times [1 + (BA \times CDR \times FP \times Jm)]^{DU/252}\} - 1$$

Onde:

6.1.1 Fator de Atualização Monetária (FAM), que é composto pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo;

6.1.2 Fator de Inflação Implícita (FII), que é apurado de acordo com a metodologia definida pela Resolução BACEN nº 4.883, de 23/12/20;

6.1.3 O Bônus de Adimplência (BA), assume os valores a seguir especificados, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento:

6.1.3.1 BA de 0,85 (oitenta e cinco centésimos) para produtores rurais e suas cooperativas de proteção com receita bruta anual de até R\$ 16,00 milhões;

6.1.3.2 BA de 0,90 (noventa centésimos) para produtores rurais e suas cooperativas de proteção com receita bruta anual acima de R\$ 16,00 milhões até R\$ 90,00 milhões;

6.1.3.3 BA de 0,95 (noventa e cinco centésimos) para produtores rurais e suas cooperativas de proteção com receita bruta anual acima de R\$ 90,00 milhões;

6.1.3.4 BA de 1,00 (um inteiro) nos demais casos.

6.1.4 Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR), que é definido pela razão entre o rendimento domiciliar per capita da região de abrangência de cada fundo constitucional de financiamento e o rendimento domiciliar per capita do País, limitado ao máximo de um inteiro;

6.1.5 Fator de Programa (FP), que é aplicado para definição das taxas efetivas de juros, assim apresentado:

Tabela 3 - Fator Programa (FP)

Finalidade	Porte	Fator
Investimentos, inclusive com custeio ou capital de giro associado	Mini, Pequeno e Pequeno-Médio	0,5605694
	Médio I	0,7668207
	Médio II e Grande	0,9677839
Ampliação, modernização, reforma e construção de novos armazéns	Todos os portes	0,2855746

6.1.6 Fator de Ajuste (FA) e Parcela Prefixada (Jm), que são calculados e apurados pelo CMN

6.1.7 Taxa Efetiva de Juros Prefixada e Componente Fixo da Taxa Pós-Fixada, que são definidos pela Resolução CMN nº 5.026, de 29/06/2022, conforme abaixo:

Tabela 4 - Taxa Máxima Efetiva de Juros Prefixados e Componente Fixo da Taxa Pós-Fixada

Finalidade	Porte	Encargos Financeiros			
		Taxa Máxima Efetiva Prefixada (% a.a.)		Componente Fixo da Taxa Pós-Fixada (% a.a.)	
		Prefixada	Prefixada com Bônus de Adimplência	Pós-fixada (*)	Pós-fixada com Bônus de Adimplência
Investimentos, inclusive com custeio ou capital de giro associado	Mini, Pequeno e Pequeno-Médio e suas cooperativas em	7,79	7,49	1,86+FA M	1,58+FAM

	operações "à própria"				
	Médio I e suas cooperativa s em operações "à própria"	8,51	8,24	2,54+FA M	2,29+FAM
	Médio II e Grande e suas cooperativa s em operações "à própria"	9,22	9,05	3,21+FA M	3,05+FAM
Ampliação, modernizaçã o, reforma e construção de novos armazéns.	Todos os Portes	6,82	6,67	0,95+FA M	0,81+FAM

(*): Taxa pós-fixada composta de parte fixa, acrescida do Fator de Atualização Monetária.

6.2 Tarifas: conforme a regulamentação vigente.

7 Garantias

7.1 As garantias serão definidas na conformidade do que dispõe o Título 11 do 1101-MANUAL BÁSICO-OPERAÇÕES DE CRÉDITO.

8 Reembolso

Poderão ser pactuadas prestações mensais, trimestrais, semestrais ou anuais, conforme a capacidade de pagamento do mutuário.

9 Outras Condições

9.1 Área de Atuação: Toda a área de atuação da SUDENE

9.2 Diretrizes Operacionais Específicas para a Pesca Artesanal

9.2.1 No financiamento à pesca artesanal, além das disposições aplicáveis aos projetos associativos, observar-se-ão as seguintes diretrizes:

9.2.1.1 O financiamento contemplará o projeto destinado ao financiamento da captura e/ou beneficiamento, tendo como mutuários os pescadores;

9.2.1.2 Serão incluídos como avalistas ou fiadores os filhos maiores, e respectivos cônjuges ou companheiro (a)s, que residam com o pai ou a mãe tomadores do crédito, sem prejuízo de outros avais normativamente necessários;

9.2.1.3 A aquisição de barcos, veículos, câmaras frigoríficas, fábricas de gelo e demais itens financiados será mediante apresentação de orçamento-proposta por, pelo menos, 3 fornecedores diferentes e sem interligação;

9.2.1.4 Recomenda-se que, no caso de financiamento de embarcações motorizadas e que necessitem equipamentos e/ou instrumentos com maior tecnologia, seja verificado se os pescadores estão devidamente habilitados para a sua utilização;

9.2.1.5 O pagamento aos fornecedores somente será efetuado após a entrega do barco, habilitado e licenciado pelos órgãos competentes;

9.2.1.6 Admitir-se-á pagamento antecipado, em favor da fabricante, de até 50% do valor do primeiro barco financiado, sendo o pagamento antecipado de 50% do valor do segundo barco feito apenas após a entrega do primeiro barco nas condições indicadas no subitem 9.2.5 anterior, e assim sucessivamente caso haja mais barcos financiados;

9.2.1.7 O Banco somente liberará os recursos para pagamento da antecipação de até 50% do valor do barco mediante prévia autorização, dada por escrito, do mutuário ou grupo de mutuários;

9.2.1.8 Os barcos novos financiados e/ou oferecidos em garantia serão segurados;

9.2.1.9 Os barcos usados financiados e/ou oferecidos em garantia serão segurados, desde que o seguro os contemple.

9.3 Financiamento para Aquisição de Veículos

9.3.1 Só serão financiados veículos utilitários necessários, de acordo com a atividade econômica do empreendimento financiado, observado o seguinte:

9.3.1.1 O disposto nas diretrizes específicas para esse financiamento, constantes no [1101-02-01](#);

9.3.1.2 Constará, no instrumento de crédito, cláusula que explicita a possibilidade de vencimento antecipado da operação no caso de o veículo não ser utilizado de acordo com a finalidade do empreendimento financiado.

9.4 Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro

9.4.1 O [1101-02-03](#) complementa as normas deste Capítulo e deve ser objeto de leitura por todos os funcionários envolvidos nas atividades relacionadas com a realização de operações e administração de crédito.

10 Formalização

10.1 As minutas serão definidas na conformidade do que dispõe a seção "Seleção e Utilização das Minutas" do [3102-11-02](#).
